



COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2023
(Da Dep. Célia Xakriabá)

Requer inclusão de convidados/as para a Audiência Pública, a ser realizada no dia 25/04/2023, acerca das graves violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura militar, contando com escuta de indígenas e especialistas no tema.

Requeiro, nos termos regimentais, a inclusão dos(as) convidados(as) a seguir para a Audiência Pública a ser realizada da data de 25 de abril de 2023, no âmbito desta Comissão Permanente, para debatermos sobre graves violações de direitos humanos ocorridos durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Sendo assim, sugere-se que sejam convidados(as) as representações abaixo identificadas:

- Rubens Valente, jornalista e autor do livro Os Fuzis e As Flechas;
- Kleber Karipuna, coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB);
- Maíra Pankararu, primeira indígena conselheira da Comissão de Anistia.

JUSTIFICATIVA

Dentro dos estudos de Direitos Humanos, há uma área chamada Justiça de Transição, que de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU) se trata de um “conjunto de abordagens, mecanismos e estratégias para enfrentar o legado de

DEPUTADA FEDERAL CÉLIA XAKRIABÁ- Endereço: Gabinete 619 - Anexo IV - Câmara dos
Deputados - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900 E-mail:

dep.celiakakriaba@camara.leg.br

Telephone: (61) 3215-5619 (61) 3215-3619



apresentação: 17/04/2023 10:07:48.887 - CPOV05

REQ n.22/2023





CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL CÉLIA XAKRIABÁ-PSOL/ MG

Apresentação: 17/04/2023 10:07:48.887 - CPOVO

REQ n.22/2023

violência em massa do passado, para atribuir responsabilidades, para exigir a efetividade do direito à memória e à verdade, para fortalecer as instituições com valores democráticos e garantir a não repetição das atrocidades”. Em solo pátrio, a Justiça de Transição vem atuando de forma a exigir verdade, memória e reparação às vítimas da ditadura militar, tempo nefasto da história brasileira ocorrido entre 1964-1985. Sobre esse período, é preciso mencionar que foi identificado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), na entrega do relatório em 2014, a morte de pelo menos oito mil indígenas de 10 povos. Treze recomendações foram feitas a fim de aprofundar sobre os crimes cometidos nessa época, buscar os mecanismos necessários para a superação desse passado de violência e, enfim, atingir um novo momento de paz democrática. Nada disso foi seguido ou alcançado.

Mesmo com o nascimento da Constituição Cidadã em 1988 e a redemocratização do país, as violências cometidas naquela época ainda são sentidas, repetidas e naturalizadas entre os povos indígenas, sem que a sociedade envolvente sequer saiba que haja a existência dessa relação de causa e consequência. Os indígenas do Brasil não foram reparados, os algozes não foram responsabilizados, as memórias indígenas do que aconteceu nesse período mal foram escutadas e documentadas e provavelmente se perderão com o tempo, mas as violências e violações de direitos humanos se perpetuam num ciclo sem fim, com a omissão do Estado e morosidade da Justiça.

Para que a Câmara dos Deputados proponha um debate amplo e profundo, a fim de contribuir e avançar no assunto, se faz necessário este aditamento. A Casa do Povo não pode ficar silente sobre este tema.

Sala da Comissão, em de abril de 2023.

Célia Xakriabá
Deputada Federal - PSOL/MG

DEPUTADA FEDERAL CÉLIA XAKRIABÁ- Endereço: Gabinete 619 - Anexo IV - Câmara dos Deputados - Brasília - DF - Brasil - CEP 70160-900 E-mail:

dep.celiaxakriaba@camara.leg.br

Telefone: (61) 3215-5619 (61) 3215-3619

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Célia Xakriabá

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-abcdigital.leg.br/assinatura/dep/2023/04/17/22>



exEdit